

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	6
5.3 - Descrição - Controles Internos	11
5.4 - Programa de Integridade	13
5.5 - Alterações significativas	17
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	18

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	19
10.2 - Resultado operacional e financeiro	42
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	47
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	48
10.5 - Políticas contábeis críticas	49
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	53
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	55
10.8 - Plano de Negócios	56
10.9 - Outros fatores com influência relevante	58

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma política de auditoria interna e gestão de riscos, aprovada pelo Conselho de Administração do Grupo Cosan em 29 de outubro de 2018.

A Companhia possui política de Gestão de Riscos, em processo de aprovação do Conselho de Administração, que inclui definição dos riscos, instrumentos de proteção, estrutura organizacional, avaliação da estrutura e diretrizes dos limites aceitáveis (apetite ao risco).

A política tem por objetivo descrever as atividades da área de Gestão de Riscos da Companhia e trazer a definição dos riscos, instrumentos de proteção, estrutura organizacional, avaliação da estrutura e diretrizes dos limites aceitáveis (apetite ao risco).

(b) Dos objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

(1) dos riscos para os quais se busca proteção

Conforme já mencionado no item 4.1 deste Formulário de Referência, busca-se proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pela alta administração da Companhia. As principais naturezas dos riscos são destacadas abaixo:

Riscos Estratégicos estão associados à tomada de decisão da alta administração e podem gerar perda substancial no valor econômico da organização.

Riscos Operacionais estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de produção, ativos, clientes, receitas) resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos como catástrofes naturais, fraudes, greves e atos terroristas. Os riscos operacionais geralmente acarretam redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, com impacto negativo na reputação da sociedade, além da potencial geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais.

Riscos Financeiros são aqueles associados à exposição das operações financeiras da organização, segregados em:

Câmbio: associado à volatilidade do mercado e pode afetar a Companhia quando tiver ativos ou passivos atrelados à moeda estrangeira.

Juros: também associado à volatilidade do mercado. A Companhia pode, eventualmente, contratar dívidas e derivativos indexados a taxas de juros fixos ou flutuantes, porém, alterações na percepção de risco dos agentes do mercado podem gerar volatilidade nas curvas de juros e, desta forma, aumentar as despesas financeiras da Companhia.

Liquidez: Situação em que a Companhia encontra dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros.

Crédito: associado às contrapartes da Companhia que podem, eventualmente, deixar de honrar seus compromissos e obrigações.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Riscos de Conformidade (Compliance) aqueles associados à exposição a não cumprimento de leis e regulamentos emitidos pelos governos centrais e locais assim como regulamentos emitidos por entidades reguladoras ou mesmo de natureza interna. Estão associados a prevenção de lavagem de dinheiro, integridade, etc.

(2) dos instrumentos utilizados para proteção

A Companhia e suas controladas mantêm estruturas dedicadas à gestão dos riscos operacionais, como Controle Interno, SSMA (Saúde, Segurança e Meio Ambiente), Gestão de Crises e Gestão de Riscos, e as utiliza como instrumento para proteção. Tais áreas operam concomitantemente a sistemas operacionais sofisticados com recursos de segurança específicos, tais como bloqueio de acessos a sistemas chave da Companhia, parametrizações pré-determinadas de segregação de função na execução das atividades, log de atividades dentro do sistema, entre outros que buscam a mitigação desses riscos. Também é utilizada, quando aplicável, a contratação de seguros para os riscos operacionais descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, como o risco “O transporte e armazenamento de gás natural envolvem riscos que podem resultar em acidentes e outros riscos e custos operacionais que poderão afetar os resultados operacionais, fluxo de caixa e a situação financeira da Comgás”, para o qual a Companhia possui seguro contratado.

A atuação em conjunto das áreas mencionadas acima, permite à Companhia ter uma visão integrada dos riscos e controles, podendo fazer uma melhor avaliação das ações adotadas no tratamento ao risco.

Para definição das tratativas, a avaliação dos riscos é feita de forma conjunta, envolvendo tanto as áreas mencionadas, como também a Diretoria, responsável pelo processo onde o risco foi identificado, avaliando o grau de impacto versus probabilidade de ocorrência para cada risco identificado, para então definir-se o melhor instrumento de proteção, que podem ser:

- **Evitar:** Quando se elimina o fato gerador do risco, por exemplo, descontinuando determinado processo ou saindo de mercado específico.
- **Reduzir:** Quando são aplicáveis os controles internos (por exemplo, aprovação, revisão, segregação de funções, reconciliação, perfis de acesso, etc.) para que o dano potencial do risco seja substancialmente reduzido.
- **Compartilhar:** Quando o risco é dividido com uma contraparte externa à Companhia. Exemplos de compartilhamento de riscos são as operações de hedge (moeda estrangeira, preços, juros) e apólices de seguro.
- **Aceitar:** Quando o impacto versus probabilidade do risco é considerado irrelevante, toma-se a decisão de aceitar o risco, pois o custo da ação de controle seria maior do que o próprio risco potencial envolvido.

No âmbito de riscos financeiros, há instrumentos específicos de proteção classificados abaixo:

Tipo de Risco	Instrumento de Proteção
Câmbio	- Non Deliverable Forward (NDF) - Swap - Contrato Futuro de Câmbio

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

	- Contrato de Câmbio - Contrato de Opções de Compra e/ou Venda de Moeda Estrangeira - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira
Juros	- Swap - Contrato Futuro de Taxa de Juros
Liquidez	- Caixa e Equivalentes de Caixa aplicados em títulos de renda fixa de curto prazo - Contratação de limites para saque (Standby Credit Facility e Conta Garantida)
Crédito	- Caixa e Equivalentes de Caixa aplicados em Instituições Financeiras consideradas investment grade em escala nacional pelas agências de rating Standard & Poors, Fitch e Moody's. - Contratos de Derivativos negociados com Instituições Financeiras consideradas investment grade em escala nacional pelas agências de rating Standard & Poors, Fitch e Moody's.

O entendimento dos riscos e adoção de ações como resposta é de responsabilidade de todos os gestores da Companhia e de suas controladas.

Todos os riscos mapeados e suas tratativas são levados para discussão e conhecimento do Comitê de Auditoria, o qual é composto tanto por membros da Companhia como por membros independentes. Diante da diversidade do ambiente onde a Companhia gere seus negócios, não há o que se falar em instrumento único ou de exclusiva utilidade para todos os riscos que estamos expostos.

Cada risco mapeado recebe tratamento específico, determinado pelas áreas operacionais em conjunto com as áreas dedicadas e com a administração da Companhia.

(3) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração e seus órgãos de assessoramento, o Conselho Fiscal e a Diretoria da Companhia fazem o acompanhamento dos negócios e condutas da Companhia, desempenhando funções relativas ao gerenciamento de riscos de acordo com as suas funções, conforme descrito no item 12 deste Formulário de Referência.

Têm destaque as seguintes funções exercidas pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme Estatuto Social da Companhia: (i) nomear, dar posse, destituir, aceitar renúncia e substituir membros do Comitê de Auditoria observadas as disposições da regulamentação em vigor; (ii) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, bem como fixar o orçamento anual ou por projeto destinados a cobrir as despesas para o funcionamento do Comitê de Auditoria, incluindo custos com contratação de prestadores de serviços e consultores externos; (iii) examinar e aprovar o regimento interno, bem como as regras operacionais, em gênero, para funcionamento do Comitê de Auditoria; (iv) reunir-se sempre que julgar necessário, com o Comitê de Auditoria; (v) examinar e avaliar os relatórios anuais do Comitê de Auditoria; e (vi) aprovar e revisar o Código de Conduta e as políticas da Companhia, inclusive a Política de Gerenciamento de Riscos.

Ao Conselho Fiscal, por sua vez, nos termos do artigo 163 da Lei 6.404/1976, compete: (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a modificações do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamento de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia; (v) convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem, por mais de um mês, essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social, e sobre elas opinar; e (viii) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

Há, ainda, os comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, que a este estão subordinados e que fazem o acompanhamento de negócios e condutas da Companhia, inclusive no que se refere ao gerenciamento de riscos a que ela está sujeita. São estes o Comitê de Auditoria, o Comitê de Remuneração e o Comitê de Divulgação e Negociação, cujas funções estão descritas também no item 12 deste Formulário de Referência.

No âmbito do gerenciamento de riscos da Companhia, destaque-se a atuação do Comitê de Auditoria, cujas funções são descritas a seguir: (i) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; (ii) supervisionar as atividades: (ii.1.) dos auditores independentes, a fim de avaliar: (ii.1.1) a sua independência; (ii.1.2.) a qualidade dos serviços prestados; e (ii.1.3.) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (ii.2.) da área de controles internos da Companhia; (ii.3.) da área de auditoria interna da Companhia; e (ii.4.) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (iii) monitorar a qualidade e integridade: (iii.1.) dos mecanismos de controles internos; (iii.2.) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e (iii.3.) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (iv.1.) a remuneração da administração; (iv.2.) a utilização de ativos da Companhia; e (iv.3.) as despesas incorridas em nome da Companhia; (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações; (vi) elaborar relatório semestral, se necessário, e, obrigatoriamente, relatório anual resumido, este a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (vi.1.) suas atividades, incluindo a indicação das reuniões realizadas e dos principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (vi.2.) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia; (vii) avaliar, monitorar e recomendar ao conselho de administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo política de transações entre partes relacionadas; e (viii) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da confidencialidade da informação.. O Comitê de Auditoria da Companhia possui regimento interno próprio.

Adicionalmente, a área de Auditoria Interna, Riscos e Compliance da Companhia, subordinada ao Comitê de Auditoria e ao Presidente do Conselho de Administração, tem a responsabilidade de: (i) implantar e gerir o Canal de Ética Cosan e investigações de fraudes; (ii) criar e executar Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos adequação às leis e políticas internas; (iii) realizar follow up de planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna; (iv) identificar savings e redução de custos; (v) criar controles e realizar testes para

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

garantir a adequação à SOX, Lei Anticorrupção e FCPA; (vi) revisar e publicar as políticas e procedimentos; (vii) disseminar a cultura de controles internos; (viii) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos; (ix) controle e aprovação de perfis de acesso SAP-GRC; (x) mapear os riscos inerentes ao negócio; (xi) auxiliar na implantação de planos de ação; e (xii) reportar tempestivamente a administração os resultados da gestão de riscos

(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

O Comitê de Auditoria da Companhia desempenha a função de verificar a adequação da estrutura operacional e dos controles internos de forma a garantir a efetividade da política de gerenciamento de risco. Destaque-se, nesse sentido, que o Comitê de Auditoria e a Companhia entendem que sua estrutura operacional de controle interno está adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

A Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, aprovada em 19 de janeiro de 2016 em Reunião de Diretoria. Adicionalmente, a Companhia segue uma Política de Tesouraria, aprovada pela Diretoria em 23 de novembro de 2017.

(b) Objetivos e Estratégias

i. Riscos para os quais se Busca Proteção

A Companhia busca proteção para as flutuações na taxa de câmbio e as oscilações nas taxas de juros, que afetam diretamente o seu ativo e passivo. Tal proteção é feita por meio de operações de proteção e aplicações financeiras vinculadas diretamente às taxas de juros, propiciando à Companhia um mecanismo natural de proteção.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao Dólar, oscilações averiguadas na margem estipulada são revisadas e repassadas aos consumidores da Companhia.

ii. Estratégia de Proteção Patrimonial (hedge)

A Companhia adota uma atitude defensiva com relação ao risco de exposição cambial, para proteger seu caixa e resultados financeiros, utilizando instrumentos financeiros derivativos. Não é permitida a utilização de instrumentos derivativos para fins especulativos, e sim somente para proteção de riscos acima identificados. Deve ser levada em consideração a tributação incidente sobre os instrumentos derivativos a serem negociados para uma correta avaliação se, mesmo após tributação, ainda são adequados às necessidades da Companhia.

Risco Cambial: A Companhia celebra contratos de swaps de moedas para reduzir o risco cambial de determinados fluxos de caixa em moeda estrangeira, e para gerenciar a composição da moeda estrangeira de seus ativos e passivos. Alguns contratos combinam simultaneamente em moeda estrangeira e operações de swap de taxas de juros. Quando não houver swap cambial disponível no mercado financeiro para cobrir o prazo total da operação, este deve ser feito pelo maior prazo possível. Atualmente a Companhia está autorizada a contratar instrumentos de non-deliverable forwards e swaps para fins de proteção patrimonial, além de outros instrumentos desde que previamente aprovados pelo Diretor Financeiro.

Risco de taxas de juros: Com relação à taxa de juros, a Companhia celebra contratos de swaps por meio dos quais troca posições pré-fixadas para pós-fixadas, além de troca de indexadores. De modo a evitar tal risco, a Companhia dá preferência para operar com taxas de juros pós-fixadas em Reais.

Risco de liquidez: Com relação ao risco de liquidez, a Companhia busca manter a taxa de juros para seus credores em taxas flutuantes em moeda local. Caso esses empréstimos e financiamentos sejam

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

captados a taxas diferentes dessas, a Companhia poderá utilizar instrumentos derivativos. Ainda, de modo a administrar tal risco, a Companhia mantém linhas de créditos adequadas aos seus compromissos e mantém seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo em instituições de primeira linha com liquidez diária.

iii. Instrumento Utilizados para Proteção Patrimonial (hedge)

Os principais instrumentos utilizados pela Companhia são:

Swaps de taxas de juros: Exemplo: IPCA x CDI.

Swaps de moedas: Exemplo: Euro x Reais; Dólar x Reais, etc.

Em relação aos swaps cambiais contratados pela Companhia, estes transformam na prática o passivo em moeda estrangeira em um passivo em reais indexado ao CDI - eliminando a exposição ao câmbio e a taxa de juros internacional (fixa ou flutuante). O valor nominal, as taxas e os vencimentos da ponta ativa dos swaps são idênticos ao financiamento a ele vinculado. Os swaps são realizados no mercado de balcão e não é exigido qualquer depósito de garantia na operação. São considerados swaps sem caixa.

Os valores e demais características dos instrumentos financeiros derivativos são apresentados de forma resumida a seguir.

Descrição	Contraparte	Moeda Original	Ativo	Passivo	Vencimento Final
EIB II - Primeira liberação	Bancos diversos	USD	VC + 3,881% a.a.	94,34% do CDI	Junho de 2020
EIB II - Segunda liberação	Bancos diversos	USD	VC + 2,936% a.a.	95,20% do CDI	Setembro de 2020
EIB II - Terceira liberação	Bancos diversos	USD	VC + LIBOR 6M + 0,483% a.a.	88,47% do CDI	Maio de 2021
EIB II - Quarta liberação	Bancos diversos	USD	VC + LIBOR 6M + 0,549% a.a.	81,11% do CDI	Setembro de 2021
SCOTIABANK - Resolução 4131	Scotiabank	USD	VC + 2,78% a.a.	31,00% do CDI	Março de 2018
TOKYO - Resolução 4131	Banco de Tokyo	USD	VC + 2,8114% a.a.	100,00% do CDI + 0,6% a.a.	Fevereiro de 2018
3ª Emissão de debênture – 2º Série	Banco Santander	BRL	IPCA + 5,10% a.a.	92,30% do CDI	Setembro de 2018
3ª Emissão de debênture – 3º Série	Banco Santander	BRL	IPCA + 5,57% a.a.	94,95% do CDI	Setembro de 2020
5ª emissão de debêntures – Série Única	Bancos diversos	BRL	IPCA + 5,868% a.a.	99,70% do CDI	Dezembro de 2023

iv. Parâmetro Utilizado para o Gerenciamento desses Riscos

As operações financeiras realizadas, incluindo as operações de derivativos, devem ser as melhores alternativas possíveis tanto financeira quanto economicamente e nunca deverão ser feitas com o objetivo de especulação, isto é, deve sempre existir uma exposição que justifique a contratação da operação. O gerenciamento dos riscos acima identificados é, portanto, preponderantemente defensivo, visando à redução do risco e não à especulação. O uso de derivativos para a redução de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

riscos é permitido, desde que em condições aceitáveis, de acordo com a política vigente de uso de derivativos.

A Companhia sempre avalia as alternativas de captação existentes a fim de aproveitar as melhores oportunidades em termos de custos e demais condições. A Companhia busca também evitar concentrações de vencimentos em um mesmo período, tendo em vista a possibilidade de falta de oferta de linhas disponíveis no mercado financeiro. A Companhia acompanha constantemente o cumprimento de obrigações assumidas em instrumentos contratuais, principalmente em determinados “*financial covenants*”.

Quanto aos riscos de crédito, a Companhia avalia trimestralmente e aprova anualmente as contrapartes com as quais negocia operações de alocação do caixa, investimentos financeiros e operações de derivativos, atribuindo preventivamente para cada instituição financeira um limite máximo de exposição.

Análise de sensibilidade relativa a flutuações na taxa de câmbio

A Companhia, conforme determinado na Instrução da Instrução Normativa CVM nº 475, efetua uma análise de sensibilidade identificando os principais fatores de riscos que podem gerar variações nos seus instrumentos financeiros: empréstimos, financiamentos e derivativos. As análises de sensibilidade são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos a eventos futuros.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados nas demonstrações financeiras referentes, devido à subjetividade inerente ao processo de preparação destas análises. A tabela abaixo apresenta as variações que podem gerar impactos nos resultados e/ou fluxos de caixa futuros da Companhia:

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros variáveis (CDI) foram mantidos com base nas curvas na apuração de 31 de dezembro de 2017.

Os efeitos aqui demonstrados referem-se às variações no resultado para os próximos 12 meses.

- Cenário I (provável) - projeção dos níveis de câmbio para 31 de dezembro de 2018 elaborada por consultoria especializada.
- Cenário -25% e -50% - valorização do Real perante o Dólar em 25% e 50% em cada um dos fatores de risco em relação ao cenário provável.
- Cenário 25% e 50% - desvalorização do Real perante o Dólar em 25% e 50% em cada um dos fatores de risco em relação ao cenário provável.

Em 31 de dezembro de 2017

Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)				
Cenários				
Provável	-25%	-50%	25%	50%
3,40	2,55	1,70	4,25	5,10

Exposição de taxa de câmbio	Fator de risco	Cenários				
		Provável	-25%	-50%	25%	50%

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Derivativos de taxa de juros e câmbio (*)	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	25.078	(231.702)	(463.403)	231.702	463.403
Empréstimos e financiamentos	Aumento na taxa de câmbio R\$/US\$	(25.078)	231.702	463.403	(231.702)	(463.403)
Impactos no resultado do período		-	-	-	-	-

(*) para efeito de análise de sensibilidade só é considerado o câmbio.

Análise de sensibilidade relativa a flutuações na taxa de juros

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir:

Exposição taxa de juros	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	109.327	27.332	54.663	(27.332)	(54.663)
Títulos e valores mobiliários	32.247	8.062	16.123	(8.062)	(16.123)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(167.283)	(40.252)	(80.504)	40.252	80.504
Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽ⁱⁱ⁾	458.476	(35.450)	(97.212)	112.318	201.566
Impactos no resultado do período	432.767	(40.308)	(106.930)	117.176	211.284

i) os índices de CDI e TJLP considerados 11,48% e 7,50%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

v. Operação com Instrumentos Financeiros com Objetivos Diversos de Proteção Patrimonial (hedge) e quais são esses Objetivos

Não aplicável, pois de acordo com a Política de Tesouraria, os instrumentos financeiros devem ser usados sempre para fins de proteção de riscos previamente detectados ou existentes, e nunca como especulação ou fonte de renda, não havendo, portanto, previsão para uso de instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

vi. Estrutura Organizacional de Controle de Gerenciamento de Riscos

O gerenciamento de riscos de mercado é liderado pelo Diretor de Finanças e de Relações com Investidores (CFO). A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A área de Controles Internos responsável pela gestão de riscos tem como principais atribuições mapear e avaliar, em conjunto com os gestores dos processos, os controles internos necessários para mitigar os riscos operacionais, financeiros e estratégicos inerentes a operação da Companhia, bem como assegurar a aderência às leis, regulamentações, políticas e procedimentos internos através de sua estrutura de controles internos existente. Adicionalmente, tem como responsabilidade reportar o resultado desta avaliação à alta administração e acompanhar os planos de ação elaborados para remediar deficiências identificadas nos processos.

O gerenciamento de riscos associados das operações financeiras é feito através da aplicação da Política de Tesouraria e pelas estratégias definidas pelos administradores da Companhia. Este conjunto de regras estabelece diretrizes para o gerenciamento dos riscos, sua mensuração e consequente mitigação dos riscos de mercado, previsão de fluxo de caixa e estabelecimento de limites de exposição.

O gerenciamento dos riscos corporativos é monitorado através de uma comissão multidisciplinar que se reporta diretamente à Diretoria da Companhia. Esta comissão discute constantemente mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar nossas atividades.

A Companhia conta ainda com a atuação de auditoria interna, subordinada hierarquicamente à Presidência e ao Conselho de Administração ("Auditoria Interna"). A Auditoria Interna é responsável pelo monitoramento dos controles internos, por meio da realização de testes independentes reportando o seu resultado à alta administração da Companhia e ao Comitê de Auditoria.

(c) Adequação da Estrutura Operacional e Controles Internos para Verificação da Efetividade da Política Adotada

As áreas da Companhia que estão expostas aos riscos de mercado monitoram constantemente os seus riscos, conforme mencionado anteriormente, em conjunto com a área de Controles Internos e Auditoria Interna, sempre reportando as ações à Diretoria e ao Conselho de Administração através de reuniões periódicas.

A Companhia acredita que sua estrutura operacional e de controles internos são adequados para a verificação da efetividade da prática de gerenciamento de riscos, uma vez que seus controles são condizentes com os respectivos controles internos relacionados ao gerenciamento de riscos adotados por companhias de porte semelhante ao da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(a) Práticas da organização relativas ao seu sistema de controles internos.

A Companhia possui em sua estrutura organizacional uma área de Auditoria, Controles Internos, Gestão de Riscos e Compliance que, dentre outras responsabilidades, é responsável pelo estabelecimento, manutenção e avaliação da eficácia de controles relacionados ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras.

Os controles referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras são executados sob a supervisão dos Diretores e sob a responsabilidade do Diretor Financeiro, para fornecer segurança razoável quanto à confiabilidade do processo de preparação e divulgação dos relatórios e demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia referente ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras correspondentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018, assim como para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, com base nesta avaliação, concluiu que os controles são eficazes.

(b) Estrutura de gerenciamento de controles internos.

Para gerenciamento dos controles internos de forma independente, a Companhia possui uma área de Auditoria, Controles Internos, Gestão de Riscos e Compliance, que está subordinada ao Comitê de Auditoria e ao Presidente do Conselho de Administração, tendo a responsabilidade de: (a) implantar e gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes; (b) criar e executar Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos adequação as Leis e Políticas Internas; (c) realizar acompanhamento dos planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna; (d) identificar economias e redução de custos; (e) criar controles e realizar testes para garantir a adequação à SOX, Lei Anticorrupção e FCPA; (f) revisar e publicar as Políticas e Procedimentos; (g) disseminar a cultura de Controles Internos; (h) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos; (i) controle e aprovação de perfis de acesso SAP-GRC (j) mapear os riscos inerentes ao negócio; (k) auxiliar na implantação de planos de ação e (l) reportar tempestivamente a administração os resultados da gestão de riscos.

(c) Supervisão do grau de eficiência dos controles internos.

O resultado de todos os trabalhos do plano de auditoria interna previstos no exercício é reportado por meio de relatório ao Comitê de Auditoria, ao Presidente do Conselho de Administração e a Diretores e Gerentes envolvidos. Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhadas em bases mensais

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

pela Auditoria Interna. Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possam impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção das ações corretivas, em linha com as regras da Lei Sarbanes-Oxley ("SOX").

(d) Deficiências e recomendações indicadas pelo auditor independente.

Os diretores da Companhia informam que a KPMG Auditores Independentes não identificou durante a execução de seus trabalhos de auditoria nas demonstrações financeiras, deficiências materiais sobre os controles internos da Companhia, que pudessem afetar o seu parecer sobre o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O mesmo resultado foi obtido pela KPMG Auditores Independentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

As avaliações conduzidas pela área de Auditoria Interna também não identificaram deficiências materiais sobre os controles internos da Companhia no período supracitado.

Com base nessas cartas de controles internos, os Diretores da Companhia não têm conhecimento de aspectos que pudessem afetar de maneira significativa à adequação de suas demonstrações financeiras.

(e) Medidas adotadas para correção das deficiências reportadas.

Conforme mencionado na seção anterior, a KPMG Auditores Independentes não identificou deficiências materiais sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia busca adotar os melhores procedimentos e práticas, de forma a obedecer à legislação e regulamentação aplicáveis, assim como às regras impostas no Código de Conduta e nas políticas da Comgás, relacionadas à prevenção, detecção, e mitigação de desvios, fraudes, irregularidades e ilícitos, especialmente contra a Administração Pública.

Os documentos corporativos que reúnem as principais normas e os procedimentos afeitos ao tema são: (i) o Código de Conduta; (ii) a Política Anticorrupção; e (iii) a Política de Relacionamento com Órgãos Públicos, aplicáveis à Companhia, e com as seguintes características e objetivos:

- **Código de Conduta:** O Código de Conduta da Comgás orienta todos os empregados para o que a organização espera deles nas diferentes situações enfrentadas no trabalho ou fora dele, visando uma atuação correta, responsável e íntegra.
- **Política Anticorrupção:** Orientar os profissionais Comgás para lidar com situações que envolvam ou possam envolver corrupção, instruí-los a adotarem comportamentos preventivos com o intuito de preservar sua integridade e a imagem da Empresa, de forma geral e, em particular, orientar quanto aos procedimentos que devem ser seguidos para atendimento à lei norte-americana Foreign Corrupt Practices Act ("Lei Anticorrupção").
- **Política de Relacionamento com Órgãos Públicos:** Orientar a companhia, seus empregados e contratados sobre recepção de autoridades públicas dentro e fora das dependências da companhia. Este Padrão estabelece as diretrizes para relacionamento com os órgãos públicos.

Não há um procedimento formal ou periodicidade pré-definida para a revisão dos procedimentos da Companhia ou do Código de Conduta e das Políticas em si. Não obstante, as Políticas são revisadas quando há efetiva necessidade, diante de adoção de novas medidas ou complementação das já existentes.

Os riscos de integridade são avaliados, no máximo, anualmente, ou quando há efetiva necessidade de revisão em periodicidade menor.

(ii) As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.

A estrutura é composta por Comitês (Comitês de Ética e Comitê de Auditoria) com um sistema de *report* sequenciado, que tem como objetivo dar maior visibilidade aos Conselhos de Administração das companhias do Grupo, acerca dos relatos de alta criticidade, que versem sobre supostas infrações éticas e ou atos de corrupção, fraudes e desvios.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Para auxiliar os reportes, a Companhia utiliza áreas de Controles Internos e (ii) Auditoria Interna, que têm as funções abaixo definidas:

Controles Internos:

- Elaborar, revisar e divulgar limites de autoridade, políticas e procedimentos;
- Garantir acessos adequados aos sistemas corporativos e alçadas de aprovação;
- Desenhar e implantar os controles necessários para adequada mitigação dos riscos dos negócios;
- Realizar testes periódicos de controles para garantir a sua efetividade frente aos riscos mapeados;
- Realizar follow-up das recomendações de auditoria para assegurar a implantação e aprimoramento do ambiente de controles;
- Prover informações e treinamentos de controles internos necessários para disseminação da cultura de governança.

Auditoria Interna:

- Realizar avaliação geral de riscos e elaborar Plano Anual de Auditoria com base na criticidade dos processos;
- Avaliar a performance dos processos e controles internos por meio da execução do Plano Anual de Auditoria;
- Conduzir o processo de avaliação interna e acompanhar a avaliação da auditoria externa dos controles SOX;
- Realizar gestão e investigação dos relatos recebidos no Canal de Ética para apuração dos fatos e adoção das tratativas necessárias;
- Reportar ao Comitê de Auditoria os resultados dos trabalhos e assuntos relevantes do período.

(iii) **se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta da Comgás, que reúne os valores empresariais, práticas, procedimentos, princípios-chave e normas de conduta relacionadas a decisões éticas, é aplicável a conselheiros, diretores, funcionários (próprios, terceirizados, estagiários ou temporários, independentemente de cargo ou posição), clientes, fornecedores, acionistas e parceiros da Comgás. Dessa forma, todos os empregados e colaboradores da Comgás, independentemente de hierarquia, são responsáveis por criar e incentivar a cultura de realização de negócios pautados na ética.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

A Comgás não tem um cronograma periódico de treinamento a respeito do seu Código de Conduta, para os Diretores, Conselheiros Fiscais, Conselheiros de Administração e empregados das sociedades do grupo, mas mantém equipe competente e disponível para esclarecimentos de quaisquer dúvidas e questões a ele relacionadas que venham a surgir.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O não cumprimento do Código de Ética ou das Políticas poderá sujeitar o infrator à aplicação de sanções cabíveis, determinadas de acordo com a gravidade da conduta praticada pelo empregado. As sanções previstas são: (i) advertência verbal ou escrita; (ii) suspensão de 01 a 30 dias (a depender da gravidade) e (iii) desligamento. Cabe a Comissão de Disciplina, fórum composto pelo RH, Jurídico e gestor do empregado responsável pela violação, analisar a situação e a equivalência da falta realizada.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso da Companhia divulgar o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi aprovado inicialmente pelo Diretor Presidente da Cosan em 2013, tendo sido estendido para a Comgás a partir deste ano. A versão atualizada do Código de Conduta foi aprovada pelo Diretor Presidente da Cosan em 01 de novembro de 2017. O Código de Conduta é entregue aos empregados no momento da contratação, na integração e está disponível integralmente para consulta de todos na intranet.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Ética, como é denominado no Grupo Cosan e estendido a Comgás, é gerenciado por um terceiro contratado com a finalidade de garantir a idoneidade de todo o processo pelo qual é responsável. O Canal de Ética é utilizado para denúncias, relatos e comunicações de questões relacionadas aos assuntos mencionados nas Políticas e Código de Conduta.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Ética pode ser acessado tanto por funcionários quanto por terceiros, tendo suas formas de acesso previstas no item 1.4 do Código de Conduta, documento disponibilizado a empregados e terceiros. Além disso, o Canal de Ética é amplamente divulgado na intranet.

O acesso pode ser realizado por *call center* (0800 725 0039) ou por meio de site disponibilizado exclusivamente para esse fim (<http://www.canaldeetica.com.br/comgas>).

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

Exceto se por força de lei ou solicitação judicial, a Companhia garante, aos denunciante de boa-fé, o sigilo das informações e/ou denúncias. A empresa contratada para recebimento das denúncias, utiliza sistemas e procedimentos de controles que asseguram o sigilo e a confidencialidade da denúncia.

Conforme expressamente instituído em seu Código de Conduta, a Companhia não tolera nenhum tipo de retaliação contra qualquer pessoa, interna ou externa, que comunique de boa-fé uma violação ou suspeita de violação de qualquer norma jurídica ou do Código de Conduta.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

O órgão responsável pela apuração e investigação de denúncias é o Comitê de Ética, com o suporte da Auditoria Interna.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- c. informar se a Companhia adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Não aplicável.

- d. caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, considerando que, como descrito acima, a Companhia possui regras, procedimentos ou práticas voltadas para preservação, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações relevantes com relação a este item.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia é a maior distribuidora de gás natural canalizado do Brasil de acordo com a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado - ABEGAS.

Em 31 de dezembro de 2017, sua carteira era composta por 1.791.226 clientes dos segmentos residencial, comercial, industrial, além de usinas termoeletricas, plantas de cogeração e postos de gás natural veicular (GNV) (1.685.261 em 31 de dezembro de 2016 e 1.573.696 em 31 de dezembro de 2015).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o volume de venda da Companhia totalizou 4.293 milhões de metros cúbicos (4.323 milhões de metros cúbicos no mesmo exercício de 2016 e 5.211 em 31 de dezembro de 2015), por meio de uma rede de distribuição que se estende por cerca de 16 mil quilômetros. Sua receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 5,5 bilhões (5,6 bilhões em 31 de dezembro de 2016 e 6,5 bilhões em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia está sujeita às regras da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, com a qual mantém contrato de concessão desde maio de 1999, época de sua privatização. O acordo tem duração até 2029, podendo ser prorrogado por mais 20 (vinte) anos e refere-se à distribuição de gás natural para as Regiões Metropolitana de São Paulo, Região Administrativa de Campinas, Baixada Santista e Vale do Paraíba – área que abriga 177 municípios, responsáveis por 26% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, de acordo com o IBGE. A Companhia vem expandindo a sua rede de distribuição desde a privatização e atualmente está presente em 88 cidades. Com o contínuo crescimento de sua rede de distribuição de gás, novas cidades da área de concessão serão atendidas no futuro.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía patrimônio líquido de R\$ 2.017 milhões, representando um decréscimo de 22,14% em relação aquele apresentado em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 2.591 milhões). O lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 640 milhões e o EBITDA de R\$ 1.518 milhões, enquanto que o lucro líquido no exercício social do ano anterior totalizou R\$ 901 milhões e o EBITDA foi de R\$ 1.965 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía patrimônio líquido de R\$ 2.591 milhões, representando um decréscimo de 18,57% em relação aquele apresentado em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 3.181 milhões). O lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 901 milhões e o EBITDA de R\$ 1.965 milhões, enquanto que o lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 699 milhões e o EBITDA foi de R\$ 1.530 milhões.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures mais resultado de derivativos menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de 1.517 milhões, valor esse que representava 0,75 vezes o patrimônio líquido, 1,00 vezes o EBITDA IFRS e 1,00 vezes o EBITDA normalizado.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures mais resultado de derivativos menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) de 1.322 milhões, valor esse que representava 0,51 vezes o patrimônio líquido, 0,67 vezes o EBITDA IFRS e 1,19 vezes o EBITDA normalizado.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures mais resultado de derivativos menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) de R\$ 1.190 milhões valor esse que representava 0,37 vezes o patrimônio líquido, 0,78 vezes o EBITDA IFRS e 0,78 vezes o EBITDA normalizado do exercício, patamares que os Diretores da Companhia consideram confortáveis e que refletem a robustez patrimonial e financeira da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava índice de liquidez corrente de 1,06, enquanto em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, este índice era de 1,52 e 1,36, respectivamente.

B. Estrutura de capital

O setor de distribuição de gás canalizado requer uso intensivo de capital. A Companhia realiza frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e a condução de suas operações.

Os Diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2017, a estrutura de capital da Companhia era composta por 34,95% de capital próprio e 65,05% de capital de terceiros, já em 31 de dezembro de 2016, a estrutura de capital da Companhia era composta por 41,63% de capital próprio e 58,37% de capital de terceiros.

	31/12/2017	31/12/2016
Capital social	1.481.204.710,12	1.312.376.553,11
Reserva de capital	227.160.817,73	395.133.067,39
Reserva de lucros	-207.945.201,48	89.799.717,58
Reserva de reavaliação	5.837.651,27	6.051.936,67
Ganhos e perdas atuariais	-129.295.855,42	-113.711.183,63
Resultado no período	640.120.636,91	901.098.961,02
Patrimônio líquido	2.017.082.759,13	2.590.749.052,14
Capital de terceiros (*)	3.754.027.380,71	3.632.937.261,70
Passivo circulante	3.126.675.278,25	1.985.146.162,64
Passivo não circulante	3.522.806.939,22	4.092.897.800,61
Total do Passivo	6.649.482.217,47	6.078.043.963,25
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	2.237.064.758,53	2.310.821.252,75
Passivo líquido total (**)	4.412.417.458,94	3.767.222.710,50

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Total do passivo e patrimônio líquido	8.666.564.976,60	8.668.793.015,39
--	-------------------------	-------------------------

(*) Capital de terceiros = Instrumentos financeiros derivativos + Empréstimos, financiamentos e debêntures.

(**) Passivo líquido Total = Total do passivo – caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Os Diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2016, a estrutura de capital da Companhia era composta por 41,63% de capital próprio e 58,374% de capital de terceiros, já em 31 de dezembro de 2015, a estrutura de capital da Companhia era composta por 50,18% de capital próprio e 49,82% de capital de terceiros.

	31/12/2016	31/12/2015
Capital social	1.312.376.553,11	1.143.548.396,09
Reserva de capital	395.133.067,39	563.961.224,41
Reserva de lucros	89.799.717,58	826.376.470,92
Reserva de reavaliação	6.051.936,67	6.363.197,70
Ganhos e perdas atuariais	-113.711.183,63	-57.699.815,03
Resultado no período	901.098.961,02	698.852.413,61
Patrimônio líquido	2.590.749.052,14	3.181.401.887,70
Capital de terceiros (*)	3.632.937.261,70	3.158.034.531,27
Passivo circulante	1.985.146.162,64	2.047.973.246,67
Passivo não circulante	4.092.897.800,61	3.638.655.508,80
Total do Passivo	6.078.043.963,25	5.686.628.755,47
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	2.310.821.252,75	1.967.642.960,14
Passivo líquido total (**)	3.767.222.710,50	3.718.985.795,33
Total do passivo e patrimônio líquido	8.668.793.015,39	8.868.030.643,22

(*) Capital de terceiros = Instrumentos financeiros derivativos + Empréstimos, financiamentos e debêntures.

(**) Passivo líquido Total = Total do passivo – caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Os Diretores entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo.

Os Diretores informam que o estatuto social da Companhia não vislumbra a possibilidade de resgate das ações preferenciais classe “A” e das ações ordinárias, além das previstas na Lei das Sociedades por Ações.

C. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia informam que, considerando o perfil de endividamento da Companhia, composto por dívidas bancárias e financiamentos, o fluxo de caixa e as respectivas posições de liquidez da Companhia, acreditam que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora os Diretores não possam garantir que tal situação permanecerá igual.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos de ampliação da rede e aquisições, os Diretores acreditam que a Companhia possui capacidade financeira para honrá-los.

Historicamente, a Companhia vem obtendo fluxos de caixa positivos resultante do exercício de suas atividades operacionais. O fluxo de caixa líquido de suas atividades operacionais atingiu os montantes de R\$ 1.637,1 milhões; R\$ 2.087,7 milhões e R\$ 2.138.1 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, respectivamente.

D. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Os Diretores da Companhia informam que a estratégia de financiamento de seus investimentos se baseia em linhas de longo prazo, captando empréstimos e financiamentos a custos competitivos, principalmente por meio do mercado de capitais, por meio de emissão de títulos de dívida, e financiamentos com bancos comerciais e agências de fomento. Os financiamentos têm como objetivo fazer frente aos investimentos da expansão e manutenção da Companhia.

Para maiores informações vide item 10(f).(i)., abaixo.

E. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os Diretores da Companhia informam que as captações realizadas nos anos de 2015, 2016 e 2017 não tiveram como objetivo a cobertura de deficiências de liquidez.

F. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Os Diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2017, o montante total de dívida não incluindo os derivativos da Companhia, de qualquer natureza, somava R\$ 4.213 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, somavam respectivamente, R\$ 4.070 milhões e R\$ 3.823 milhões. A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total em aberto da Companhia nas datas em referência:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Dívidas (R\$ mil)	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Curto Prazo	1.264.351	483.841	576.722
Moeda Estrangeira	575.219	109.224	199.470
Moeda Nacional	689.132	374.617	377.252
Longo Prazo	2.948.153	3.586.234	3.246.346
Moeda Estrangeira	326.509	911.042	1.140.589
Moeda Nacional	2.621.644	2.675.192	2.105.757
Total Geral	4.212.504	4.070.075	3.823.067

A tabela abaixo demonstra os prazos de amortização dos principais empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia de 2016 a 2021 em diante:

Período findo em 31/12/2017 (R\$ mil)	Até dez/18	Até dez/19	Até dez/20	Até dez/21	Até dez/22	Dez/22 em diante	Total
BNDES	271.270	283.276	241.829	34.596	34.596	28.830	894.396
EIB	159.457	153.195	121.185	52.129	-	-	485.966
Debêntures	417.862	177.953	420.461	165.912	163.951	1.070.240	2.416.380
4131	415.762	-	-	-	-	-	415.762
Dívida Total Consolidada	1.264.351	614.424	783.475	252.637	198.547	1.099.070	4.212.504
	30%	15%	19%	6%	5%	25%	100%

Período findo em 31/12/2016 (R\$ mil)	Até dez/17	Até dez/18	Até dez/19	Até dez/20	Até dez/21	Dez/21 em diante	Total
BNDES	303.174	244.821	263.374	223.375	23.701	43.452	1.101.896
EIB	97.923	152.361	145.299	140.038	77.340	-	612.961
Debêntures	71.443	370.492	126.234	83.500	284.302	1.011.941	1.947.912
4131	11.301	396.005	-	-	-	-	407.306
Dívida Total Consolidada	483.841	1.163.679	534.907	446.912	385.343	1.055.393	4.070.075
	12%	29%	13%	11%	9%	26%	100%

Período findo em 31/12/2015 (R\$ mil)	Até dez/16	Até dez/17	Até dez/18	Até dez/19	Até dez/20	Dez/20 em diante	Total
BNDES	348.855	286.902	229.845	228.664	190.553	-	1.284.818
EIB	186.007	170.634	168.122	160.906	128.400	54.946	869.014
Debêntures	28.397	66.156	337.949	116.488	332.240	316.960	1.198.190
4131	13.463	12.860	444.721	-	-	-	471.045
Dívida Total Consolidada	576.722	536.552	1.180.636	506.058	651.193	371.906	3.823.067
	15%	14%	31%	13%	17%	10%	100%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

FINANCIAMENTOS RELEVANTES

Apresentamos a seguir uma breve descrição dos contratos relevantes celebrados entre a Companhia e seus principais credores para os três últimos exercícios sociais, findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES:

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia era parte em dois contratos relevantes de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Estes contratos estão garantidos por fianças bancárias de bancos de primeira linha.

Em 02 de outubro de 2012, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de R\$1,1 bilhão (Projeto VI), lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, para suportar parte do plano de investimentos dos anos de 2012 a 2014. O valor total do financiamento é dividido em cinco subcréditos.

Em 04 de setembro de 2015, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 370,6 milhões (Projeto VII), lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, para suportar parte do plano de investimento dos anos de 2015 a 2017. O valor total do financiamento é dividido em quatro subcréditos. Até 31 de dezembro de 2017, o BNDES havia desembolsado R\$ 176 milhões para a Companhia, valores referentes a esse contrato.

Abaixo resumo das principais condições destes contratos:

	Data de Contratação	Custo	Data de Vencimento	Pagamento de principal	Pagamento de juros
Projeto VI – Subcréditos A e B	Out/12	TJLP + 2,8%	Out/20	Mensal	Mensal
Projeto VI – Subcréditos A1 e B1	Out/12	Selic + 1,8%	Out/20	Mensal	Mensal
Projeto VI – Subcrédito C	Out/12	TJLP	Out/20	Mensal	Mensal
Projeto VII – Subcréditos A e B	Set/15	TJLP + 2%	Jun/23	Mensal ¹	Mensal ²
Projeto VII – Subcrédito C	Set/15	Selic + 1,96%	Jun/23	Mensal ¹	Mensal ²

¹ Período de carência para pagamento de principal: até junho de 2018

² Pagamento trimestral de juros até junho de 2018; a partir desta data, os pagamentos serão mensais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**- BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTOS (EIB)**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia era parte em 2 contratos de financiamento junto ao Banco Europeu de Investimento (EIB) descritos abaixo, divididos em 4 liberações, cuja estrutura de garantia se dá por fianças bancárias de bancos de primeira linha. Estes contratos têm por objetivo financiar a construção de redes de baixa pressão para a conexão de novos clientes, principalmente residenciais e comerciais. O projeto também incluirá a reabilitação da rede, reduzindo a perda de gás, tais como reposição e reforço de rede, conexão, medidores e tubulações.

Abaixo resumo das principais condições destes contratos:

	Data de Contratação	Custo	Data de Vencimento	Pagamento de principal	Pagamento de juros
EIB – 1ª liberação	Jun/10	USD + 3,881%	Jun/20	Semestral	Semestral
EIB – 2ª liberação	Set/10	USD + 2,936%	Set/20	Semestral	Semestral
EIB – 3ª liberação	Mai/11	USD + Libor 6M + 0,483%	Mai/21	Semestral	Semestral
EIB – 4ª liberação	Set/11	USD + Libor 6M + 0,549%	Set/21	Semestral	Semestral

- DEBÊNTURES

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía emissões de debêntures com a destinação de recursos, em sua maioria (com exceção da 1ª série da 3ª emissão), para financiamento do plano de expansão e do plano de suporte, e inclui investimentos em projetos de tecnologia da informação de forma a dar o suporte ao plano de expansão e ao plano de suporte. Os projetos de investimento contemplam a construção de novas redes de distribuição de gás natural, além de investimentos para a no âmbito do plano de suporte da Companhia.

Abaixo resumo das emissões de debêntures da Companhia:

	Data de Emissão	Quantidade	Custo	Data de Vencimento	Pagamento de principal	Pagamento de juros
3ª emissão – 1ª série	Set/13	128.197	CDI + 0,90%	Set/19	3 parcelas	Semestral
3ª emissão – 2ª série	Set/13	269.338	IPCA + 5,10%	Set/18	No vencimento	Anual
3ª emissão – 3ª série	Set/13	142.465	IPCA + 5,57%	Set/20	2 parcelas	Anual
4ª emissão – 1ª série	Dez/15	269.620	IPCA + 7,1432%	Dez/20	No vencimento	Anual
4ª emissão – 2ª série	Dez/15	242.374	IPCA + 7,482%	Dez/22	2 parcelas	Anual
4ª emissão – 3ª série	Dez/15	79.900	IPCA + 7,357%	Dez/25	3 parcelas	Anual

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

5ª emissão – série única	Dez/16	675.000	IPCA + 5,868%	Dez/23	No vencimento	Anual
6ª emissão – série única	Out/17	400.000	IPCA + 4,3338%	Out/24	No vencimento	Anual

- CAPITAL DE GIRO – LEI Nº 4.131

Com o objetivo de financiamento do capital de giro, a Companhia celebrou contratos de financiamento com os bancos The Bank of Nova Scotia e Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ. Estes contratos não contam com qualquer estrutura de garantias.

Abaixo resumo das principais condições destes contratos:

	Data de Contratação	Custo	Data de Vencimento	Pagamento de principal	Pagamento de juros
4131 – Tokyo	Fev/13	USD + 2,46%	Fev/18	No vencimento	Trimestral
4131 – Scotia	Mar/15	USD + 2,36%	Mar/18	No vencimento	Semestral

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas no Formulário de Referência e nas demonstrações financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os Diretores informam que não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Companhia. Contudo, os Diretores esclarecem que, atualmente, o BNDES e o EIB podem ser considerados credores mais favorecidos, uma vez que seus contratos contam com estrutura de garantias específicas, por meio de fianças bancárias.

iv. Eventuais restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

Os Diretores da Companhia informam que seis contratos financeiros apresentam cláusulas que determinam a observância dos seguintes e determinados índices financeiros (covenants) mínimos:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- A razão entre a Dívida Líquida (incluindo o resultado de derivativos) e o EBITDA dos últimos 12 meses;
- A razão entre o Endividamento de Curto Prazo e o Endividamento Total dos últimos 12 meses (incluindo o resultado de derivativos); conforme descritos abaixo:

Os covenants por contrato, bem como os resultados dos últimos três exercícios sociais, estão apresentados na tabela abaixo:

	Dívida líquida / EBITDA	Dívida de curto prazo / Dívida total
Dívida		
4131 – Tokyo	≤3,75	≤0,55
4131 – Scotia	≤4,00	≤0,60
3ª emissão de debêntures	≤4,00	≤0,60
4ª emissão de debêntures	≤4,00	≤0,60
5ª emissão de debêntures	≤4,00	-
6ª emissão de debêntures	≤4,00	-
Resultado		
2015	0,78	0,18
2016	0,67	0,13
2017	1,00	0,28

A Companhia está adimplente com todos os covenants financeiros dos últimos três exercícios sociais.

G. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Os Diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2017, havia um total de R\$ 4.213 milhões em linhas de financiamento contratadas e desembolsadas com bancos (inclusive BNDES e EIB), tanto no curto como no longo prazo, enquanto em 31 de dezembro de 2016 e 2015 havia um total de R\$ 4.070 milhões e R\$ 3.823 milhões, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2017, havia valores de contratos assinados que ainda não tinham sido desembolsados pela Companhia, que era de R\$ 194 milhões, 5% do total das linhas de financiamento contratadas. Em 31 de dezembro de 2016, havia valores de contratos assinados que ainda não tinham sido desembolsados pela Companhia, que era de R\$ 256 milhões, 6% do total das linhas de financiamento contratadas, enquanto em 31 de dezembro de 2015, havia valores de contratos assinados que ainda não tinham sido desembolsados pela Companhia, no valor de R\$ 371 milhões, 10% do total das linhas de financiamento contratadas. Nestes volumes não estão incluídos os valores disponíveis em linhas de crédito que a Companhia dispõe junto aos bancos com os quais mantém relacionamento, pois estes dados não são controlados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

H. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os Diretores informam que o resumo das demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 foi extraído das demonstrações financeiras preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas, nas normas estabelecidas pela CVM nos Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") - nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* – "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e complementadas pelo Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado, instituído pela Portaria ARSESP nº 22 de 19 de novembro de 1999.

Desde 1º de janeiro de 2013, a Companhia passou a adotar o pronunciamento revisado CPC 33 (R1) correspondente ao IAS 19 (R) – *Employee benefits*, cujas alterações eliminam o método do "corredor", racionalizam as alterações entre o ativo e o passivo dos planos, reconhecendo no resultado do período o custo financeiro e o retorno esperado do ativo do plano e no lucro abrangente as mensurações de ganhos e perdas e retorno do ativo (excluindo o montante dos juros sobre retorno de ativos reconhecidos no resultado) e as mudanças no efeito do teto do plano.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Comparação dos resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Todos os valores a seguir estão expressos em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma.

	31/12/2016	AV	31/12/2017	AV	AH
Receita Bruta de Vendas	7.022.447	100,00%	7.097.156	100,00%	1,06%
Receita Líquida de Vendas	5.657.246	100,00%	5.537.857	100,00%	-2,11%
Vendas de gás	5.272.254	93,19%	5.118.087	92,42%	-2,92%
Receita de construção - ICPC 01	339.025	5,99%	351.193	6,34%	3,59%
Outras receitas	45.967	0,81%	68.577	1,24%	49,19%
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.174.134	-56,11%	-3.492.375	-63,06%	10,03%
Custo do gás	-2.231.897	-39,45%	-2.530.809	-45,70%	13,39%
Transporte e outros	-603.212	-10,66%	-610.373	-11,02%	1,19%
Construção - ICPC 01	-339.025	-5,99%	-351.193	-6,34%	3,59%
Resultado Bruto	2.483.112	43,89%	2.045.482	36,94%	-17,62%
Despesas/Receitas Operacionais	-907.426	-16,04%	-902.397	-16,30%	-0,55%
Despesas com Vendas	-158.136	-2,80%	-153.611	-2,77%	-2,86%
Despesas Gerais e Administrativas	-722.853	-12,78%	-722.363	-13,04%	-0,07%
Outras Receitas Operacionais	-26.437	-0,47%	-26.423	-0,48%	-0,05%
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.575.686	27,85%	1.143.085	20,64%	-27,45%
Resultado Financeiro	-263.169	-4,65%	-225.540	-4,07%	-14,30%
Despesas Financeiras	-746.876	-13,20%	-623.923	-11,27%	-16,46%
Receitas Financeiras	483.100	8,54%	398.758	7,20%	-17,46%
Variação cambial	223.943	3,96%	-11.501	-0,21%	-105,14%
Derivativos	-223.336	-3,95%	11.126	0,20%	-104,98%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.312.517	23,20%	917.545	16,57%	-30,09%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-411.418	-7,27%	-277.424	-5,01%	-32,57%
Lucro Líquido do Exercício	901.099	15,93%	640.121	11,56%	-28,96%

RECEITA LÍQUIDA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS

A Receita Líquida de venda de Bens e/ou Serviços da Companhia passou de R\$ 5.657.246 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 5.537.857 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 2,11%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente devido as seguintes razões:

A. VENDA DE GÁS

As vendas de gás passaram de R\$ 5.272.254 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 5.118.087 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 2,92%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo reflexo das reduções das portarias ARSESP em 2016 com impacto em todo o ano de 2017, parcialmente compensados pela portaria de maio 2017 e maior volume de gás distribuído em 2017.

B. RECEITA DE CONSTRUÇÃO – ICPC 01

A receita de construção passou de R\$ 339.025, no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 351.193 no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um acréscimo de 3,59% devido principalmente aos investimentos contínuos na expansão e modernização feitos pela Companhia.

CUSTO DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS

O custo dos bens e/ou serviços vendidos passou de R\$ 3.174.134, no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 3.492.375 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um acréscimo de 10,03%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

A. CUSTO DO GÁS / TRANSPORTE E OUTROS

O custo do gás, transporte e outros passou de R\$ 2.835.109, no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 3.141.182 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um acréscimo de 10,80%. Os Diretores entendem que essas variações ocorreram devido ao incremento do custo unitário do gás ocasionado pela variação do preço do petróleo, que é referência dos contratos de fornecimento

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de gás e pela variação positiva da taxa do dólar em conjunto com o avanço de volume distribuído no ano de 2017.

B. CONSTRUÇÃO – ICPC 01

O custo da construção da malha de distribuição do gás passou de R\$ 339.025, no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 351.193 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um acréscimo de 3,59%, que acompanha o acréscimo na receita de construção ICPC 01, comentado anteriormente.

RESULTADO BRUTO

O resultado bruto da Companhia passou de R\$ 2.483.112, no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 2.045.482 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 17,62%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu devido ao incremento do custo médio unitário do gás, fruto do aumento do preço do petróleo e da variação positiva da taxa do dólar.

DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS

As despesas/receitas operacionais da Companhia passaram de R\$ 907.426, no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 902.397 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 0,55%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu especialmente pelas seguintes razões:

A. DESPESAS COM VENDAS

As despesas com vendas passaram de R\$ 158.136, no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 153.611 no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 2,86%, não apresentando variações relevantes quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

B. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 722.853, no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 722.363 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 0,07%, não apresentando variações relevantes quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**C. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**

As outras receitas e despesas operacionais passaram de R\$ 26.437, no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 26.423 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 0,05%, não apresentando variações relevantes quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS

O resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Companhia passou de R\$ 1.575.686, no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 1.143.085 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 27,45% devido aos motivos citados anteriormente.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido passou de uma despesa de R\$ 263.169, no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 225.540 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 14,30%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

A. RECEITAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras passaram de R\$ 483.100 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 398.758 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 17,46%, principalmente pela menor apropriação no exercício de 2017 dos juros sobre crédito de imposto de renda e contribuição social, devido a mudança de estimativa para fins fiscais decorrentes da revisão de suas bases de cálculo referente ao exercício de 2014 no montante de R\$ 21.592, sendo que no exercício de 2016, foram apropriados os juros sobre crédito de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 76.640, referente aos exercícios de 2011, 2012 e 2013, aplicando a taxa de vida útil prevista na IN 162/98 para seus ativos pertencentes à rede de distribuição de gás.

B. DESPESAS FINANCEIRAS

As despesas financeiras passaram de R\$ 746.876, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 623.923 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 16,46%, principalmente pela queda da taxa de juros e menor dívida líquida.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO**

O resultado antes dos tributos sobre o lucro passou de R\$ 1.312.517 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 917.545 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 30,09%, que é reflexo das variações apresentadas anteriormente.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

O imposto de renda e contribuição social sobre lucro passou de R\$ 411.418, no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 277.424 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 32,57%. Este decréscimo reflete as variações apresentadas anteriormente.

LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO

O lucro líquido obteve um decréscimo de 28,96%, passando de R\$ 901.099 no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 640.121 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Comparação dos resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Todos os valores a seguir estão expressos em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma.

	31/12/2015	AV	31/12/2016	AV	AH
Receita Bruta de Vendas	8.089.059	100,00%	7.022.447	100,00%	-13,19%
Receita Líquida de Vendas	6.597.017	100,00%	5.657.246	100,00%	-14,25%
Vendas de gás	6.151.930	93,25%	5.272.254	93,19%	-14,30%
Receita de construção - ICPC 01	408.086	6,19%	339.025	5,99%	-16,92%
Outras receitas	37.001	0,56%	45.967	0,81%	24,23%
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.580.204	-69,43%	-3.174.134	-56,11%	-30,70%
Custo do gás	-3.525.522	-53,44%	-2.231.897	-39,45%	-36,69%
Transporte e outros	-646.596	-9,80%	-603.212	-10,66%	-6,71%
Construção - ICPC 01	-408.086	-6,19%	-339.025	-5,99%	-16,92%
Resultado Bruto	2.016.813	30,57%	2.483.112	43,89%	23,12%
Despesas/Receitas Operacionais	-846.266	-12,83%	-907.426	-16,04%	7,23%
Despesas com Vendas	-145.291	-2,20%	-158.136	-2,80%	8,84%
Despesas Gerais e Administrativas	-694.859	-10,53%	-722.853	-12,78%	4,03%
Outras Receitas Operacionais	-6.116	-0,09%	-26.437	-0,47%	332,26%
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.170.547	17,74%	1.575.686	27,85%	34,61%
Resultado Financeiro	-181.889	-2,76%	-263.169	-4,65%	44,69%
Despesas Financeiras	-836.158	-12,67%	-746.876	-13,20%	-10,68%
Receitas Financeiras	653.734	9,91%	483.100	8,54%	-26,10%
Variação cambial	-518.742	-7,86%	223.943	3,96%	-143,17%
Derivativos	519.277	7,87%	-223.336	-3,95%	-143,01%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	988.658	14,99%	1.312.517	23,20%	32,76%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-289.806	-4,39%	-411.418	-7,27%	41,96%
Lucro Líquido do Exercício	698.852	10,59%	901.099	15,93%	28,94%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**RECEITA LÍQUIDA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS**

A Receita Líquida de venda de Bens e/ou Serviços da Companhia passou de R\$ 6.597.017 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 5.657.246 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um decréscimo de 14,25%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente devido as seguintes razões:

A. VENDA DE GÁS

As vendas de gás passaram de R\$ 6.151.930 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 5.272.254 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um decréscimo de 14,30%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pela queda no volume e pelas atualizações das tarifas de acordo com as Deliberações nº 575/15, nº 648/16 e nº 670/16 da ARSESP.

B. RECEITA DE CONSTRUÇÃO – ICPC 01

A receita de construção passou de R\$ 408.086, no período encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 339.025 no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um decréscimo de 16,92% devido principalmente ao menor nível de investimentos feitos pela Companhia.

CUSTO DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS

O custo dos bens e/ou serviços vendidos passou de R\$ 4.580.204, no período encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 3.174.134 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um decréscimo de 30,70%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

A. CUSTO DO GÁS / TRANSPORTE E OUTROS

O custo do gás passou de R\$ 3.525.522, no período encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 2.231.897 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um decréscimo de 36,69%. Os Diretores entendem que essas variações ocorreram principalmente pela redução do custo médio unitário do gás em razão da queda do dólar na comparação entre os períodos.

B. CONSTRUÇÃO – ICPC 01

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O custo da construção da malha de distribuição do gás passou de R\$ 408.086, no período encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 339.025 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um decréscimo de 16,92%, que acompanha o decréscimo na receita de construção ICPC 01, comentado anteriormente.

RESULTADO BRUTO

O resultado bruto da Companhia passou de R\$ 2.016.813, no período encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 2.483.112 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um acréscimo de 23,12%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu devido a redução do custo médio unitário do gás, fruto principalmente da queda do preço do petróleo e da variação negativa da taxa do dólar.

DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS

As despesas/receitas operacionais da Companhia passaram de R\$ 846.266, no período encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 907.426 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um acréscimo de 7,23%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu especialmente pelas seguintes razões:

A. DESPESAS COM VENDAS

As despesas com vendas passaram de R\$ 145.291, no período encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 158.136 no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um acréscimo de 8,84% justificado pelas maiores despesas com provisões para devedores duvidosos, contingências e despesas com consultoria e assessoria.

B. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 694.859, no período encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 722.853 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um acréscimo de 4,03%, principalmente pelo aumento das despesas com serviços administrativos e consultoria e assessoria, amenizados pela diminuição das despesas com pessoal.

C. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas e despesas operacionais passaram de R\$ 6.116, no período encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 26.437 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um acréscimo de 332,26%, devido ao reconhecimento dos créditos extemporâneos sobre PIS/COFINS referente ao ano de 2015 e o maior volume de venda de ativos tratados como sucata ao longo do período comparado.

RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Companhia passou de R\$ 1.170.547, no período encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 1.575.686 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um acréscimo de 34,61% devido aos motivos citados anteriormente.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido passou de uma despesa de R\$ 181.889, no período encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 263.169 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um acréscimo de 44,69%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

A. RECEITAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras passaram de R\$ 653.734 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 483.100 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um decréscimo de 26,10%, devido as taxas de juros aplicadas ao longo do exercício de 2016, aos rendimentos de aplicações financeiras associados ao maior nível de caixa pela Companhia e pela capitalização dos juros sobre crédito de imposto de renda e contribuição social, devido a mudança de estimativa para fins fiscais decorrentes da revisão de suas bases de cálculo, exercícios 2011, 2012 e 2013, aplicando a taxa de vida útil prevista na IN 162/98 para seus ativos pertencentes à rede de distribuição de gás.

B. DESPESAS FINANCEIRAS

As despesas financeiras passaram de R\$ 836.158, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 746.876 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um decréscimo de 10,68%, principalmente pelo maior nível de dívida líquida e pelas maiores taxas de juros apresentadas ao longo do exercício 2016.

RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

O resultado antes dos tributos sobre o lucro passou de R\$ 988.658 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 1.312.517 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um acréscimo de 32,76%, que é reflexo das variações apresentadas anteriormente.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

O imposto de renda e contribuição social sobre lucro passou de R\$ 289.806, no período encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 411.418 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um acréscimo de 41,96%. Este acréscimo reflete o crescimento apresentado no período comparado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO**

Como efeito desse desempenho, o lucro líquido obteve crescimento de 28,94%, passando de R\$ 698.852 no período encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 901.099 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2016.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Ativo	31 de dezembro de 2016	AV	31 de dezembro de 2017	AV	AH
Caixa e equivalentes de caixa	2.310.821	26,66%	2.237.065	25,81%	-3,19%
Contas a receber - clientes	479.751	5,53%	611.976	7,06%	27,56%
Estoques	114.745	1,32%	76.548	0,88%	-33,29%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.882	0,10%	61.393	0,71%	591,21%
Outros tributos a recuperar	50.424	0,58%	77.109	0,89%	52,92%
Instrumentos financeiros derivativos	17.771	0,20%	211.088	2,44%	1087,82%
Recebíveis de partes relacionadas	1.049	0,01%	1.039	0,01%	-0,95%
Outros ativos	29.393	0,34%	25.264	0,29%	-14,05%
Ativo circulante	3.012.836	34,75%	3.301.482	38,09%	9,58%
Contas a receber de clientes	33.671	0,39%	28.706	0,33%	-14,75%
Transporte não utilizado	244.006	2,81%	291.290	3,36%	19,38%
Outros tributos a recuperar	12.624	0,15%	11.098	0,13%	-12,09%
Instrumentos financeiros derivativos	419.366	4,84%	247.388	2,85%	-41,01%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	296.757	3,42%	91.152	1,05%	-69,28%
Depósitos judiciais	49.255	0,57%	53.580	0,62%	8,78%
Outros ativos	1.421	0,02%	994	0,01%	-30,05%
Intangível	4.598.856	53,05%	4.640.875	53,55%	0,91%
Ativo não circulante	5.655.956	65,25%	5.365.083	61,91%	-5,14%
Total do ativo	8.668.792	100,00%	8.666.565	100,00%	-0,03%

ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante da Companhia passou de R\$ 3.012.836 em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 3.301.482 em 31 de dezembro de 2017, representando um acréscimo de 9,58%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo crescimento no saldo de contas a receber de clientes e instrumentos financeiros derivativos,, sendo amenizado pela variação das contas de caixa e equivalentes de caixa

. O crescimento nas contas a receber de clientes é explicado pelos reajustes nas tarifas em maio/17 e aumento na alíquota de ICMS sobre vendas de gás a partir de abril/17.

. O crescimento em instrumentos financeiros derivativos ocorreu em virtude de transferências de parcelas de empréstimos e financiamentos do longo prazo para o circulante.

. A redução na conta caixa e equivalentes de caixa está atrelada a pagamentos de dividendos em 2017, sendo amenizada pela geração de caixa durante o ano.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ATIVO NÃO CIRCULANTE

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 5.655.956 em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 5.365.083 no mesmo período em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 5,14%. Os Diretores da Companhia entendem que essas variações ocorreram, principalmente, pelos decréscimos nos saldos de Instrumentos financeiros derivativos e Imposto de renda e contribuição social diferidos, sendo amenizado pelos saldos apresentados em Transporte não utilizado e intangível.

O decréscimo em Instrumentos financeiros derivativos ocorreu devido a transferência de parcelas de empréstimos e financiamentos para o circulante.

O decréscimo em Imposto de renda e contribuição social diferidos foi ocasionado basicamente pelo aproveitamento do benefício fiscal sobre reserva de ágio de incorporação no período de 2017

A variação na conta de transporte não utilizado refere-se ao pagamento anual das diferenças entre o volume de gás comprado e os volumes mínimos obrigatórios contratados, os quais podem ser compensados (por meio de consumo) ao longo do período de vigência do contrato de gás.

A variação em intangível é o líquido entre as adições e amortizações ocorridas durante 2017.

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Ativo	31 de dezembro de 2015	AV	31 de dezembro de 2016	AV	AH
Caixa e equivalentes de caixa	1.967.643	22,19%	2.310.821	26,66%	17,44%
Contas a receber - clientes	513.981	5,80%	479.751	5,53%	-6,66%
Estoques	134.347	1,51%	114.745	1,32%	-14,59%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	117.064	1,32%	8.882	0,10%	-92,41%
Outros tributos a recuperar		0,00%	50.424	0,58%	
Instrumentos financeiros derivativos	26.954	0,30%	17.771	0,20%	-34,07%
Receíveis de partes relacionadas	1.240	0,01%	1.049	0,01%	-15,40%
Outros ativos	28.751	0,32%	29.393	0,34%	2,23%
Ativo circulante	2.789.980	31,46%	3.012.836	34,75%	7,99%
Contas a receber de clientes	37.036	0,42%	33.671	0,39%	-9,09%
Transporte não utilizado	204.725	2,31%	244.006	2,81%	19,19%
Outros tributos a recuperar	13.540	0,15%	12.624	0,15%	-6,77%
Instrumentos financeiros derivativos	638.078	7,20%	419.366	4,84%	-34,28%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	593.443	6,69%	296.757	3,42%	-49,99%
Depósitos judiciais	43.495	0,49%	49.255	0,57%	13,24%
Outros ativos	1.343	0,02%	1.421	0,02%	5,81%
Intangível	4.546.391	51,27%	4.598.856	53,05%	1,15%
Ativo não circulante	6.078.051	68,54%	5.655.956	65,25%	-6,94%
Total do ativo	8.868.031	100,00%	8.668.792	100,00%	-2,25%

ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante da Companhia passou de R\$ 2.789.980 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 3.012.836 em 31 de dezembro de 2016, representando um acréscimo de 7,99%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelas variações nas contas de caixa e equivalentes de caixa, especificamente no saldo de aplicações financeiras, impostos a recuperar em decorrência da revisão de suas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

bases de cálculo de IR e CSLL, exercícios de 2011, 2012 e 2013, aplicando a taxa de vida útil prevista na IN 162/98 para seus ativos pertencentes à rede de distribuição de gás e instrumentos financeiros derivativos, amenizadas pela variação das contas a receber.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 6.078.051 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 5.655.956 no mesmo período em 31 de dezembro de 2016, representando um decréscimo de 6,94%. Os Diretores da Companhia entendem que essas variações ocorreram, principalmente:

- 1) Pelas variações nas contas de instrumentos financeiros derivativos, nas quais estão registrados os resultados líquidos das operações de hedge das dívidas em moedas estrangeiras, favoráveis para a Companhia no período comparado em virtude da redução da cotação do dólar, liquidação dos fluxos das operações no período apresentado;
- 2) Pela variação na conta imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrente da revisão das apurações de exercícios anteriores, com a aplicação da taxa de vida útil prevista na legislação de imposto de renda IN 162/98; e
- 3) Em razão de terem sido amenizados pela variação na conta de transporte pago e não utilizado, devido ao pagamento anual das diferenças entre o volume consumido e os volumes mínimos obrigatórios contratados, podendo compensá-los (por meio de consumo) ao longo do período de vigência do contrato de gás.

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2016	AV	31 de dezembro de 2017	AV	AH
Empréstimos, financiamentos e debêntures	482.709	5,57%	1.264.352	14,59%	161,93%
Fornecedores	1.226.634	14,15%	1.444.835	16,67%	17,79%
Outros passivos financeiros	1.943	0,02%	51.403	0,59%	2545,55%
Pagáveis à partes relacionadas	7.528	0,09%	8.370	0,10%	11,18%
Ordenados e salários a pagar	58.100	0,67%	59.059	0,68%	1,65%
Imposto de renda e contribuição social correntes	73.482	0,85%	-	-	-
Outros tributos a pagar	60.348	0,70%	146.169	1,69%	142,21%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	70.781	0,82%	147.235	1,70%	108,01%
Outras contas a pagar	3.620	0,04%	5.252	0,06%	45,08%
Passivo circulante	1.985.145	22,90%	3.126.675	36,08%	57,50%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.587.366	41,38%	2.948.152	34,02%	-17,82%
Adiantamento de clientes e outros	19.502	0,22%	26.191	0,30%	34,30%
Provisão para demandas judiciais	88.114	1,02%	107.637	1,24%	22,16%
Obrigações de benefício pós-emprego	397.916	4,59%	440.827	5,09%	10,78%
Passivo não circulante	4.092.898	47,21%	3.522.807	40,65%	-13,93%
Total do passivo	6.078.043	70,11%	6.649.482	76,73%	9,40%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Capital social	1.312.376	15,14%	1.481.204	17,09%	12,86%
Reserva de capital	395.133	4,56%	227.161	2,62%	-42,51%
Reserva de reavaliação	6.052	0,07%	5.838	0,07%	-3,54%
Reserva de lucros	990.900	11,43%	432.177	4,99%	-56,39%
Ajuste de avaliação patrimonial	-113.712	-1,31%	-129.297	-1,49%	13,71%
Patrimônio líquido	2.590.749	29,89%	2.017.083	23,27%	-22,14%
Total do passivo e patrimônio líquido	8.668.792	100,00%	8.666.565	100,00%	-0,03%

PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante da Companhia passou de R\$ 1.985.145 em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 3.126.675 no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um acréscimo de 57,50%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente pelo crescimento nas contas de Empréstimos, financiamentos e debêntures, Fornecedores e Dividendos e JCP a pagar.:

- O crescimento em Empréstimos, financiamentos e debêntures está ligado diretamente as transferências de parcelas recebidas do passivo não circulante em 2017.
- O crescimento em fornecedores ocorreu, basicamente, pelo aumento no custo de gás e transporte durante 2017.
- Em dez/2017 foi deliberado JCP a pagar. O pagamento ocorreu em 2018.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 4.092.898 em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 3.522.807 no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 13,93%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente pela redução no saldo de Empréstimos, financiamentos e debêntures, ocorrida devido a transferências de parcelas para o passivo circulante. Tal redução foi amenizada pelas liberações ocorridas durante 2017.:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 2.590.749 em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 2.017.083 no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um decréscimo de 22,14%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente pelo pagamento de dividendos no montante de R\$ 1.100 milhões durante 2017, deliberação de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 169 milhões referente ao exercício de 2017 e pelo resultado do exercício de 2017 de R\$ 640 milhões.

O capital social passou de R\$ 1.312.376 em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.481.204 no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 12,86%. Os Diretores entendem que esta variação deve-se ao aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 168.828, mediante a capitalização da reserva especial de ágio, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de abril de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2015	AV	31 de dezembro de 2016	AV	AH
Empréstimos, financiamentos e debêntures	576.723	6,50%	482.709	5,57%	-16,30%
Fornecedores	1.302.397	14,69%	1.226.634	14,15%	-5,82%
Outros passivos financeiros	-	0,00%	1.943	0,02%	-
Pagáveis à partes relacionadas	3.095	0,03%	7.528	0,09%	143,23%
Ordenados e salários a pagar	60.523	0,68%	58.100	0,67%	-4,00%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	0,00%	73.482	0,85%	-
Outros tributos a pagar	96.279	1,09%	60.348	0,70%	-37,32%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	3.426	0,04%	70.781	0,82%	1966,00%
Outras contas a pagar	5.531	0,06%	3.620	0,04%	-34,55%
Passivo circulante	2.047.974	23,09%	1.985.145	22,90%	-3,07%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.246.344	36,61%	3.587.366	41,38%	10,50%
Adiantamento de clientes e outros	21.815	0,25%	19.502	0,22%	-10,60%
Provisão para demandas judiciais	295.698	3,33%	88.114	1,02%	-70,20%
Obrigações de benefício pós-emprego	74.798	0,84%	397.916	4,59%	431,99%
Passivo não circulante	3.638.655	41,03%	4.092.898	47,21%	12,48%
Total do passivo	5.686.629	64,13%	6.078.043	70,11%	6,88%
Capital social	1.143.548	12,90%	1.312.376	15,14%	14,76%
Reserva de capital	563.961	6,36%	395.133	4,56%	-29,94%
Reserva de reavaliação	6.363	0,07%	6.052	0,07%	-4,89%
Reserva de lucros	1.525.230	17,20%	990.900	11,43%	-35,03%
Ajuste de avaliação patrimonial	-57.700	-0,65%	-113.712	-1,31%	97,07%
Patrimônio líquido	3.181.402	35,87%	2.590.749	29,89%	-18,57%
Total do passivo e patrimônio líquido	8.868.031	100,00%	8.668.792	100,00%	-2,25%

PASSIVO CIRCULANTE

- 1) O passivo circulante da Companhia passou de R\$ 2.047.974 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.985.145 no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um decréscimo de 3,07%. Os Diretores da Companhia entendem que essa pequena variação ocorreu, principalmente pelas variações nas contas de: empréstimos, financiamentos e debêntures, por conta da liquidação de contratos de empréstimos e variação na taxa do dólar e pela 5ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia, e reflexo da variação monetária no saldo principal;
- 2) Fornecedores, devido ao processo destacado no item 4.5 do Formulário de Referência, que possibilitou à Companhia não pagar parte do custo do gás discutido em juízo com a Petrobrás;
- 3) Impostos e contribuições sociais a recolher, reflexo da melhora de 28,94% no resultado do exercício de 31 de dezembro de 2016 quando comparado ao resultado de 31 de dezembro de 2015; e
- 4) Dividendos e juros sobre o capital próprio, pelo registro dos dividendos mínimos obrigatórios e crédito de juros sobre capital próprio referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

O passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 3.638.655 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 4.092.898 no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um acréscimo de 12,48%. Os Diretores da Companhia entendem que essa pequena variação ocorreu, principalmente pelas variações nas contas de:

- 1) Empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, pela 5ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia citadas anteriormente e por conta da liquidação de contratos de empréstimos e variação na taxa do dólar; e
- 2) Obrigações com benefícios de aposentadoria, conforme avaliado pela Administração em conjunto com os especialistas (atuários) ao final de cada exercício, objetivando verificar se as taxas de contribuição vêm sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 3.181.402 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 2.590.749 no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um decréscimo de 18,57%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu devido ao pagamento de dividendos em fevereiro de 2016 no montante de R\$1.2 bilhões originários de retenção de lucros sendo amenizado pelo resultado apurado no exercício de 2016 no montante de R\$ 901 milhões demonstrados na variação da conta reserva de lucros.

O capital social passou de R\$ 1.143.548 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.312.376 no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 14,76%. Os Diretores entendem que esta variação deve-se ao aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 168.828, mediante a capitalização da reserva especial de ágio, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Resultado Operacional e Financeiro

A. Resultado das Operações da Companhia, em especial:

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 10.1(h) do Formulário de Referência.

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é composta, principalmente, pelas Vendas de Gás, Receita de Construção e Outras receitas (-) Impostos e contribuições sobre vendas.

A receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 5.538 milhões, representando um decréscimo de 2,11% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (5.657 milhões).

A receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 5.657 milhões, representando um decréscimo de 14,25% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 (6.597 milhões).

As operações da Companhia se baseiam na premissa da garantia da entrega do gás com segurança, qualidade e confiabilidade, com investimentos contínuos na expansão e modernização. Essa política se traduz no número recorde de clientes na base que, em 2017, chegou a 1.79 milhão, sendo 106 mil novos consumidores no ano, com investimentos de R\$ 460 milhões de reais no exercício.

Em 2016, a Companhia chegou a 1,68 milhão de clientes na base, sendo que 111 mil novos consumidores foram conectados durante o ano, com investimentos de R\$ 464 milhões de reais no período.

Em 2015, a Companhia chegou a 1,57 milhão de clientes na base, sendo que 113 mil novos consumidores foram conectados durante o ano, com investimentos de R\$ 521,3 milhões de reais no período.

O volume total de gás distribuído sem termoelétricas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, obteve um acréscimo de 4,2% quando comparado ao mesmo exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, passando de 4.119 milhões para 4.291 milhões de metros cúbicos. Sem considerarmos as termoelétricas, o volume de gás distribuídos obteve um decréscimo de 0,7% quando comparado ao mesmo exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, passando de 4.323 milhões para 4.293 milhões de metros cúbicos. Os Diretores da Companhia entendem que o acréscimo deveu-se principalmente à expansão em todos os segmentos de atuação, tendo o volume industrial crescido 3,7% no ano, impulsionado pela

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

retomada gradual da atividade econômica e por negociações comerciais para incremento de volume, o segmento residencial fechou o ano com um crescimento de 5,5%, com a adição de 105 mil novos clientes nos últimos 12 meses e o volume comercial cresceu 6,3% no ano, impulsionado pela adição de 923 novos clientes.

O volume total de gás distribuído no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, obteve um decréscimo de 17,0% quando comparado ao mesmo exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, passando de 5.211 milhões para 4.323 milhões de metros cúbicos. Os Diretores da Companhia entendem que a redução deveu-se principalmente a crise econômica e política que impactou de forma negativa a atividade industrial. O destaque positivo ficou com os mercados residencial e comercial que apresentaram crescimentos de 16,9% e 6,3% respectivamente, explicados principalmente pela adição de novos consumidores e pela recuperação do consumo unitário médio, em decorrência do fim da crise hídrica, uma vez que houve melhora significativa nos reservatórios de água.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores da Companhia entendem que os resultados das operações da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 foram materialmente afetados pelos reajustes tarifários.

Em maio de 2013, pela Deliberação ARSESP nº 421, a agência reguladora autorizou um reajuste dos valores das margens de distribuição, do custo médio ponderado do gás e do transporte e sobre o repasse das variações dos preços do gás e do transporte fixados nas tarifas. Além disto, também houve um reajuste das tabelas tarifárias a serem aplicadas pela Companhia.

O reajuste variou de 6,28% a 6,77% para clientes residenciais; de 6,01% a 6,24% para o segmento industrial; de 6,22% a 6,66% para clientes comerciais; e de 8,86% a 9,05% para os postos de GNV. Esse reajuste considerou uma inflação (IGPM – Índice Geral de Preços ao Mercado) de 7,2980% no período e um fator X de 0,82%, resultando em um ajuste líquido para as margens da Companhia, de 6,4780%.

Um reajuste extraordinário foi autorizado no início de dezembro de 2013, levando em consideração a atualização do custo do gás natural importado. Também influenciou no reajuste o incremento dos preços médios do gás adquirido nos leilões de gás da Petrobrás. Os reajustes impactaram positivamente o resultado operacional da Companhia no ano de 2013.

Em maio de 2014, a ARSESP, pela Deliberação nº 494, decidiu adiar o processo de revisão tarifária da Companhia, previsto para ocorrer até maio de 2014, para 30 de janeiro de 2015.

Segundo a Deliberação, somente em fevereiro de 2014, em razão de dificuldades encontradas pela ARSESP, foi possível concluir o processo de contratação de consultoria especializada para assessorar a ARSESP no referido processo de revisão tarifária e iniciar em março de 2014 os seus trabalhos. Em consequência, até a data prevista para conclusão do processo de revisão tarifária não houve tempo hábil para as definições

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

metodológicas, análise de dados da Companhia e a proposição das margens máximas de comercialização para o novo ciclo tarifário 2014-2019, inclusive a realização das consultas e audiências públicas, de modo a permitir a necessária transparência e publicidade do processo.

No mesmo dia do anúncio do adiamento da revisão tarifária, a ARSESP publicou a Deliberação nº 496, que dispõe sobre o ajuste provisório das margens de distribuição da Companhia e vigorará entre maio de 2014 e o final do processo da revisão tarifária, o qual era previsto para janeiro de 2015. Esse reajuste considerou uma inflação (IGPM – Índice Geral de Preços ao Mercado) de 5,27% no período e um fator X de 0,55%, ambos proporcionais a 8/12 avos dos índices dos últimos 12 (doze) meses, uma vez que a revisão tarifária foi postergada por oito meses, resultando em um ajuste líquido de 4,72%. Considerando o ajuste das margens pela inflação menos o fator X, a atualização do custo do gás e o repasse da conta corrente, a média do reajuste nas tarifas ocorrido em maio de 2014 foi de 2,6% no segmento residencial, 1,2% no segmento comercial, - 0,6% na indústria e 4,3% nos postos de GNV.

Nova Deliberação, de nº 533, foi publicada pela ARSESP em 10 de dezembro de 2014, prorrogando o prazo da revisão tarifária para 31 de maio de 2015. Por conta do novo prazo, a agência decidiu complementar o reajuste inflacionário com os 4/12 que não foram considerados no reajuste autorizado na Deliberação nº 496, e, portanto, as margens da Companhia tiveram um reajuste líquido de 2,33%. Na mesma data, a ARSESP publicou a Deliberação nº 534 atualizando o custo do gás e o repasse da conta corrente. Esses dois impactos, em conjunto com o ajuste da margem pela inflação descrito acima, resultaram nos seguintes ajustes nas tarifas de venda de gás: aumento médio de 2,2% nos segmentos residencial e comercial, 2,0% no segmento industrial e 3,8% para os postos de GNV.

Os reajustes das margens pela inflação impactaram positivamente o resultado operacional da Companhia no ano de 2014. Vale lembrar que em maio de 2014, conforme explicado acima, a ARSESP aprovou um repasse parcial do IGP-M dos últimos 12 (doze) meses, fazendo o repasse integral apenas em dezembro, e essa defasagem de inflação entre maio e dezembro de 2014 causou um impacto negativo no resultado da Companhia. Em 9 de maio de 2015, a ARSESP publicou a Deliberação nº 575, atualizando o custo do gás e o repasse da conta corrente. Esses dois impactos, em conjunto com o ajuste da nossa margem de distribuição pela inflação de 4,16%, resultaram nos seguintes ajustes nas tarifas de venda de gás: aumento médio de 6,25% no segmento residencial, 7,7% no segmento comercial, 9,6% no segmento industrial e 9,2% para os postos de GNV.

Em 23 de maio de 2016, a ARSESP publicou Deliberação nº 648, relativa às novas tabelas tarifárias da Companhia, vigentes a partir de 31 de maio de 2016. Esta Deliberação resultou em redução nas tarifas de vendas de gás, sendo os percentuais médios de 19,2% para o segmento industrial, 2,7% no segmento residencial, 5,6% no segmento comercial e 1,88% para o segmento GNV.

Em 29 de setembro de 2016, a ARSESP publicou Deliberação nº 670, relativa às novas tabelas tarifárias da Companhia, vigentes a partir de 03 de outubro de 2016. Esta Deliberação resultou em redução nas tarifas de

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

vendas de gás, sendo os percentuais médios de 9,8% para o segmento industrial, 3,2% no segmento residencial, 5,7% no segmento comercial e 0,1% para o segmento GNV.

Em 30 de março de 2017, a ARSESP publicou Deliberação nº 716, relativa às novas tabelas tarifárias da Companhia, vigentes a partir de 01 de abril de 2017. Esta Deliberação resultou em aplicação de nova alíquota do ICMS no cálculo do PIS/PASEP e COFINS.

Em 29 de maio de 2017, a ARSESP publicou Deliberação nº 726, relativa às novas tabelas tarifárias da Companhia, vigentes a partir de 31 de maio de 2017. Esta Deliberação resultou em aumento nas tarifas de vendas de gás, sendo os percentuais médios de 18,5% para o segmento industrial, 7,3% no segmento residencial, 11,5% no segmento comercial.

A Companhia aguarda as informações da agência sobre as próximas etapas do processo de revisão tarifária, face a postergação da conclusão da Revisão Tarifária Quinquenal 2014 em consequência das publicações das Deliberações ARSESP nº 493 e nº 494, ambas publicadas em 27 de maio de 2014, que dispõem, respectivamente sobre o “Processo de Revisão Tarifária das concessionárias de distribuição de Gás Canalizado no Estado de São Paulo”.

B. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita operacional bruta da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi de R\$ R\$ 7.097 milhões e R\$ 7.022 milhões, respectivamente, apresentando acréscimo de 1,06% entre os exercícios. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação é explicada principalmente pelos reajustes tarifários autorizados pelo órgão regulador e pela retomada da produção industrial e por negociações comerciais para incremento do volume, destacando os setores: químico/petroquímico, siderúrgico e cerâmico.

A receita operacional bruta da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi de R\$ R\$ 7.022 milhões e R\$ 8.089 milhões, respectivamente, apresentando decréscimo de 13,19% entre os exercícios. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação é explicada principalmente pelos reajustes tarifários autorizados pelo órgão regulador e pela crise econômica e política que impactou de forma negativa a atividade industrial.

C. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e financeiro da Companhia, quando relevante

Os Diretores da Companhia informam que as principais taxas indexadoras aplicáveis ao negócio da Companhia, nos últimos 3 (três) exercícios sociais são o IGP-M, CDI e TJLP:

- IGP-M: Tal índice impacta na margem da Companhia por meio dos reajustes anuais determinados pelo regulador, excluindo o fator de eficiência “fator X”.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- **CDI:** Todos os passivos financeiros de curto prazo e as aplicações financeiras da Companhia, além da proteção da dívida (swaps), estão atrelados à variação do CDI, bem como dívidas de longo prazo em moeda externa que são, obrigatoriamente, trocadas por CDI por meio de instrumentos derivativos.
- **TJLP:** Como a expansão da Companhia é baseada em financiamentos de longo prazo que, majoritariamente, variam de acordo com a TJLP (empréstimos do BNDES), a variação desta taxa pode afetar significativamente o serviço da dívida da Companhia.
- **Taxas de câmbio:** A Companhia possui dívidas em moeda estrangeira, porém todas estão de acordo com sua política de tesouraria, devidamente protegidas (“*swapadas*”) para Reais indexados à CDI.

A inflação afeta o desempenho financeiro da Companhia, aumentando suas despesas operacionais. Estas despesas operacionais incluem os custos de mão de obra, despesas com vendas, gerais e administrativas. No entanto, a inflação não tem impacto material sobre o negócio da Companhia para os períodos apresentados. Anualmente, o Órgão Regulador da Companhia (ARSESP) corrige a margem bruta da Companhia pela inflação registrada nos últimos 12 (doze) meses.

O principal insumo da Companhia, o gás natural, é precificado por MMBTU (*Million Metric British Thermal Units*) e cotado em USD. Todas as variações na moeda estrangeira ou no MMBTU impactam diretamente na margem bruta da Companhia. Essas variações são capturadas pela conta corrente regulatória que não é contabilizada, porém seu saldo é considerado na construção da tarifa autorizada e revisada pelo órgão regulador anualmente ou quando houver um desequilíbrio econômico financeiro da Companhia. Esse mecanismo confere à Companhia uma proteção em relação às variações no custo do gás natural.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos nossos Diretores.

A. Introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores informam que a Companhia possui uma plataforma de negócios adequada para a execução de seus planos futuros, não havendo, no presente momento, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

B. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve qualquer constituição, aquisição ou alienação de participação societária no exercício social de 2017 que tenha causado efeito relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados.

C. Eventos ou operações não usuais

Os Diretores confirmam que não houve evento ou operação não usual nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**A. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos Diretores da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

Os Diretores da Companhia informam que os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2014 e tiveram impactos para a Companhia: OCPC 07 – “Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros”.

B. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os Diretores da Companhia descrevem a seguir as principais mudanças e justificativas trazidas pela alteração indicada acima.

OCPC 07 – “Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros”. Trata-se dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.

C. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os Diretores informam que os pareceres dos Auditores Independentes referentes às demonstrações financeiras da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, foram emitidos sem ressalvas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais IFRS requer que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas 12 – Intangíveis

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizados. Um *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

A Companhia possui contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás, em que o poder concedente controla quais serviços devem ser prestados e a que preço, bem como detém participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás durante a vigência do contrato. Assim sendo, a Companhia reconhece como ativo intangível esse direito.

Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são também capitalizados.

A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura.

Sujeito à aprovação do Poder Concedente, a Companhia tem a opção de requerer uma única vez a prorrogação dos serviços de distribuição por mais 20 (vinte) anos. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente,

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base nos levantamentos e avaliações a serem apurados nessa época. Atualmente, os valores referentes à indenização não são preestabelecidos ou determináveis, motivo pelo qual a Companhia não aplicou o modelo bifurcado para a contabilização do ativo financeiro.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia durante o período de vigência do contrato de concessão, considerando a prorrogação, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura, em linha com as disposições da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo ("ARSESP"), conforme divulgado na nota 12.

A amortização dos componentes do ativo intangível é descontinuada quando o respectivo ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Nota 14 - Compromissos de arrendamento operacional

A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais e avaliou os termos e condições dos contratos, os riscos e benefícios assumidos, e desta forma, contabiliza os contratos como arrendamentos mercantis operacionais.

Nota 23 - Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, tais como o risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Nota 24 - Mensuração de obrigações de benefícios definidos – Passivos atuariais

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data de balanço.

Nota 25 - Pagamento baseado em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e, correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota 25.

Nota 17 - Provisão para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas no resultado em outras despesas operacionais, quando: a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante for estimado com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Nota 11 – Transporte não utilizado

A Administração, com base nas suas projeções de volumes a serem consumidos e nas regras vigentes dos contratos de suprimento de gás, entende que atualmente a Companhia será capaz de utilizar integralmente os saldos registrados na rubrica “Transporte não utilizado”.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das práticas contábeis adotadas no Brasil e das normas internacionais IFRS, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados nas demonstrações financeiras e nas respectivas notas explicativas.

A. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia informam que esta possui contratos de aluguel, conforme explicitado na Nota Explicativa nº 14 item (c) das Demonstrações Financeiras.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam registrados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados e divulgados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

iv. Contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados e divulgados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia informam que este item é aplicável, uma vez que a Companhia possui linhas de financiamentos contratadas tanto no curto quanto no longo prazo, informados no item 10.1, (g) supra.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**B. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados e divulgados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos Diretores da Companhia.

A. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores da Companhia informam que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia investiu o montante de R\$ 460 milhões para a ampliação e modernização da rede de abastecimento, sendo o maior volume destinado à expansão da rede de distribuição de gás.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia investiu o montante de R\$ 464 milhões para a ampliação e modernização da rede de abastecimento, sendo o maior volume destinado à expansão da rede de distribuição de gás.

A Companhia investiu em 2015 o montante de R\$ 521 milhões para a ampliação e modernização da rede de abastecimento. O maior volume foi destinado exatamente à expansão, quando foram construídos mais 1,2 mil quilômetros de redes.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores da Companhia informam que, para assegurar as condições financeiras necessárias à continuidade do ritmo de crescimento de suas operações nos próximos períodos, adicionalmente à sua geração própria de caixa, a Companhia também buscou, entre os anos de 2015 a 2017, instrumentos de captação no mercado de capitais e bancário (emissão de valores mobiliários, como, por exemplo, debêntures), além de novas linhas de financiamento por meio de empréstimos bilaterais firmados com bancos de fomento e bancos comerciais, nacionais e internacionais.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os Diretores da Companhia informam que não há desinvestimentos relevantes em andamento e/ou desinvestimentos previstos.

B. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Os Diretores da Companhia afirmam que ao longo do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017 foram adicionados 605 quilômetros de rede, já em 2016 foram adicionados 1.024 quilômetros de rede para levar gás a novos consumidores.

Do total dos investimentos realizados durante o ano de 2017, aproximadamente 54% foi destinado à expansão da rede de distribuição de gás. Dentre os projetos realizados no ano destacam-se: Guarulhos, Campinas, Osasco, Cotia, Barueri e São Paulo.

C. Novos produtos e serviços:

Os Diretores da Companhia informam que não há novos produtos e serviços relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 Comentários dos nossos Diretores sobre outros fatores com influência relevante:**

Os Diretores da Companhia entendem que não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais subitens.